Senado quer informações de Zélia em 24 horas

GAZETA MERCANTIL

2 5 MAI 1990
por Maria Salomão de Brasília

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, terá 24 horas para informar ao Senado Federal as operações financeiras acima de NCz\$ 500 mil realizadas nos trinta dias que antecederam o plano econômico do governo. O anúncio foi feito no plenário pelo presidente do Senado, Néelson Carneiro (PMDB-RJ), depois que a Comissão de Constituição e Justiça julgou que a ministra não tem motivo para negar essas informações.

Néelson Carneiro disse que se as informações sobre as movimentações no sistema financeiro não forem prestadas no prazo, a ministra poderá ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por crime de responsabilidade. O artigo 50 da Constituição enquadrava como crime de responsabilidade a recusa de informações pedidas pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado.

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem por nove votos contra um o parecer do senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA). Ele concluiu que o sigilo bancário não pode ser alegado pelo governo para recusar qualquer tipo de informação ao Congresso Nacional. O sigilo das operações está previsto na Lei do Sistema Financeiro e, segundo o governo, impediria a ministra de dizer o montante das operações realizadas nas vésperas do plano econômi-

co e identificar os titulares dessas operações.

O relator da Comissão de Constituição e Justiça entende, porém, que as informações deverão ser mantidas em sigilo pelo Senado. Elas serão resultado do requerimento enviado no dia 19 de março à ministra da Economia pelo senador Jamil Haddad (PSB-RJ). A resposta teria que ser dada em trinta dias.

Jutahy Magalhães criticou o governo por ter recusado as informações com base em parecer assinado pelo chefe de gabinete do presidente do Banco Central, José Roberto da Silva.

"Tão pouca relevância é reconhecida ao Congresso que o chefe de gabinete passa a ser o interlocutor hábil para assunto que releva o próprio relacionamento institucional entre os poderes da República", disse.

O senador Jamil Haddad confia que as informações chegarão ao Senado no prazo previsto por Néelson Carneiro. "A ministra, quando esteve no plenário, garantiu que responderia ao pedido caso a Casa decidisse", lembrou o senador.

A ministra Zélia Cardoso de Mello também foi denunciada por crime de responsabilidade pelo deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ). O deputado também ficou sem informações sobre seu pedido dos extratos bancários do presidente Fernando Collor, mais 27 pessoas físicas e 18 empresas com as movimentações nas vésperas do plano econômico.